

**Secretaria Geral**

**INDICAÇÃO 1467 /2018**

*Indico a Sua Excelência o Senhor Herzen Gusmão, Prefeito. E a Sua Senhoria o Senhor Marcos Ferreira, Chefe do Gabinete Civil; A indicação do seguinte Projeto de Lei: que Dispõe sobre a certificação de zoneamento dos templos religiosos de Candomblé e Umbanda no município de Vitória da Conquista, dispõe sobre a imunidade do IPTU e dá outras providências.*

**A Sua Excelência o Senhor Prefeito Herzen Gusmão  
E a Sua Senhoria o Senhor Marcos Ferreira**

**JUSTIFICATIVA**

No tocante à falta regularização e legalização dos Terreiros de Candomblé e Umbanda tem causado transtornos durante os cultos e liturgias das religiões de matriz africana supracitadas, contrariando a Constituição Federal e o Estatuto da Promoção da Igualdade Racial.

O Município, deve colaborar com todas as manifestações culturais e religiosas, sem distinções, observando a laicidade em todo o território, garantindo a aplicação do direito constitucional à livre manifestação religiosa, desta forma, esta lei propõe pôr em igualdade as religiões de matriz africana com as de matriz judaica - cristã.

O benefício de imunidade das taxas, está previsto no Art. 150 da Constituição Federal, Vitória da Conquista tem o dever cível de regulamentar esta matéria, seguindo os passos de Salvador, capital baiana que foi concedido pelo Decreto 25.560/ 2014.

Vitória da Conquista, conta com grande número Terreiros, que desempenham papel significativo no apoio às comunidades tradicionais, e no desenvolvimento de atividades sociais de grande relevância social e ao combate ao racismo.

**Secretaria Geral****PROJETO DE LEI**

**Art. 1º** - Ficam reconhecidos os templos religiosos de candomblé e umbanda no Município de Vitória da Conquista, entendidos como tal, os espaços de resistência cultural vinculados às comunidades negras.

**Art. 2º** - Consideram-se prioritárias as seguintes ações:

I – cabe à Coordenação Municipal de Promoção da Igualdade Racial a identificação e mapeamento dos Terreiros de Candomblé e Umbanda existentes no Município de Vitória da Conquista, contemplando o cadastro dos terrenos e suas edificações, registro como patrimônio imaterial dos elementos significativos, e elaboração de plano de salvaguarda, incluindo a regularização fundiária;

II – garantir a proteção aos cultos e liturgias dos Terreiros de Candomblé e Umbanda em todo o território municipal, em observância ao Art. 5º, Inciso VI, Constituição Federal de 1988;

III – reconhece como associação representativa do Candomblé e Umbanda, a nível Municipal, a Rede Beneficente, Cultural e Religiosa Caminho dos Búzios;

IV – incentivar a participação das comunidades religiosas em todo o processo de regularização fundiária;

V – prestar assistência à legalização das associações religiosas para os devidos fins de registro de pessoa jurídica.

**Art. 3º** - Cabe ao Poder Executivo Municipal certificar, conjuntamente com a Rede Beneficente, Cultural e Religiosa Caminho dos Búzios, os Terreiros de Candomblé e Umbanda no Município de Vitória da Conquista.

**Art. 4º** - Na ocupação de terras estaduais, não havendo registro imobiliário no Município de Vitória da Conquista, procederá conforme Art. 50º dos Atos das Disposições Transitórias, Constituição do Estado da Bahia.

## **Secretaria Geral**

**Art. 5º** - A imunidade do IPTU dar-se-á por processo simplificado junto ao Poder Executivo, requerendo-a nos termos da lei, no Município de Vitória da Conquista.

**Art. 6º**- As medidas para o combate à intolerância contra o Candomblé a Umbanda e seus adeptos compreendem especialmente:


I - coibir a utilização dos meios de comunicação social para a difusão de proposições, imagens ou abordagens que exponham pessoa ou grupo ao desprezo ou ao ódio por motivos fundados na religiosidade afro-brasileira ou matriz africana;

II - inventariar, restaurar, preservar e proteger os documentos, obras e outros bens de valor artístico e cultural, os espaços públicos, monumentos, mananciais, flora, recursos ambientais e sítios arqueológicos vinculados às religiões afro-brasileiras e matriz africana;

II - proibir a exposição, exploração comercial, veiculação, titulação prejudiciais aos símbolos, expressões, músicas, danças, instrumentos, adereços, vestuário e culinária, estritamente vinculados às religiões afro-brasileiras.

**Art. 7º**- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereadora Carmem Lúcia, 25 de Setembro 2018.

  
**Nildma Ribeiro**  
**Vereadora (PCdoB)**